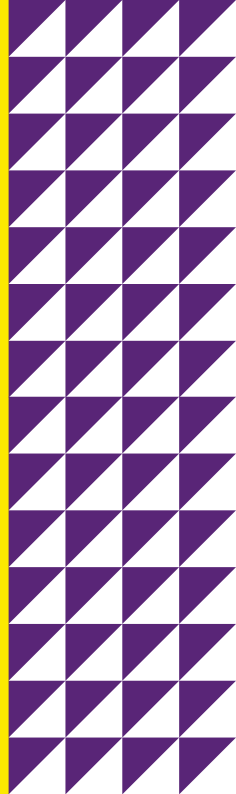


O que os programas
municipais de governo
revelam sobre a agenda
da sustentabilidade
nas últimas eleições
(2012-2016-2020)



RAPS

REDE DE AÇÃO POLÍTICA
PELA SUSTENTABILIDADE



Apresentação e contexto

Planos de governos são como cartas de intenções de candidatos e candidatas interessados(as) em concorrer a um cargo eletivo e requisitos formalmente exigidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), desde 2009 e por alteração da Lei 9.504/97, de todos aqueles que disputam cargos de prefeito(a), governador(a) e presidente da República no Brasil. Embora tido muitas vezes como “documentos pró-forma”, os planos de governo são elementos fundamentais para que a sociedade possa conhecer as intenções dos futuros gestores, compreender suas prioridades e debater suas propostas de maneira comparativa. São também importantes por revelarem a sensibilidade dos candidatos e candidatas sobre diferentes temas que afetam a sociedade, trazendo indícios importantes da direção das políticas públicas a serem adotadas pelos quatros anos seguintes se eleitos(as).

Diante disso, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS buscou compreender de que maneira gestores(as) eleitos(as) às prefeituras de todo o Brasil se relacionam (ou não) com alguns temas que podem estar ampla e genericamente inseridos no guarda-chuva do termo “sustentabilidade”. Para medir o avanço e a evolução dessa relação ao longo dos pleitos, a organização produziu uma pesquisa independente, na qual buscou comparar os planos de governo disponibilizados publicamente pelos(as) prefeitos(as) eleitos em 2012, 2016 e 2020.

A pesquisa foi conduzida entre novembro de 2020 e janeiro de 2021 pelo professor doutor Humberto Dantas, cientista político e pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV), e Joyce Luz, doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), e se deu a partir de coleta automatizada dos planos de governo existentes na plataforma DivulgaCand do TSE e da busca por 14 termos da sustentabilidade empregados como “palavras-chave”, sendo eles: meio ambiente, desmatamento, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, cidades inteligentes, mobilidade urbana, ciclofaixas/ciclovias, democracia, recursos hídricos, mudança climática, saneamento básico, energia solar, energia biomassa e energia elétrica. A seleção de temas obedeceu a alguns dos interesses da instituição e não esgotam todas as possibilidades diante do universo daquilo que poderia ter sido investigado. Vale destacar que os termos buscados, em sua maioria, são constitucionalmente de responsabilidade compartilhada dos entes federativos ou de atribuição exclusiva dos municípios.



Para uma organização como a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS, que se dedica há oito anos a conectar, apoiar e desenvolver lideranças políticas para que compreendam e incorporem o compromisso com a sustentabilidade em sua ação política, a pesquisa se justifica pela intenção de compreender, de maneira mais ampla, como gestores municipais têm lidado com o assunto.

O relatório que você encontra a seguir traz os principais resultados encontrados, embora não tenha a intenção de esgotar o assunto. Oferece, além da evolução dos temas, recortes por unidades federativas, regiões geográficas, gênero dos(as) eleitos(as) e seus partidos políticos de origem. Abaixo destacamos as principais conclusões da pesquisa sobre os planos de governo:

1. Em menos de 50% dos municípios brasileiros, os prefeitos e prefeitas eleitos(as) assumiram compromissos com os termos relacionados à sustentabilidade;
2. Mulheres tendem a abordar mais termos ligados à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente do que os homens;
3. Temas que se referem à sustentabilidade apareceram pouco em planos de municípios com tamanho populacional abaixo de 100 mil habitantes;
4. Houve um baixo avanço na inserção dos temas ligados à sustentabilidade nos programas de governo desde 2012 até 2020;
5. Os municípios brasileiros carecem de candidatos(as) que introduzam as pautas relacionadas ao tema da sustentabilidade em seus planos de governo e de como tais pautas se apresentam em termos de problemas e soluções para os municípios.

Posto isso, esperamos trazer alguns dados sobre a sustentabilidade em âmbito municipal ao debate. É parte da nossa missão contribuir para a construção de um Brasil mais justo, com mais oportunidades e qualidade de vida para todos e capaz de respeitar seus recursos naturais.

Boa leitura!



RELATÓRIO

O que foi buscado

A pesquisa teve como **objetivo principal** mapear - a partir de propostas e programas de governos de prefeitos e prefeitas brasileiros(as) eleitos(as) em 2012, 2016 e 2020 - a frequência com que alguns temas ligados à sustentabilidade e também à sua dimensão ambiental apareceram nos compromissos assumidos pelo(as) candidatos(as).

Metodologia utilizada

A pesquisa se deu a partir da coleta automatizada dos planos de governo disponibilizados pelos prefeitos(as) eleitos(as) em 2012, 2016 e 2020. A fonte utilizada foi a plataforma Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais (DivulgaCand), ligada ao TSE, e 14 temas empregados como “palavras-chave”, sendo eles: meio ambiente, desmatamento, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, cidades inteligentes, mobilidade urbana, ciclofaixas/ciclovias, democracia, recursos hídricos, mudança climática, saneamento básico, energia solar, energia biomassa e energia elétrica.

Os arquivos baixados, contendo os planos de governo, encontravam-se em formato PDF e sua captura e leitura foi possível a partir de uma combinação de ferramentas e técnicas computacionais. Por meio do método de coleta de dados disponibilizados em páginas da internet conhecidas como *webscraping*, e com o auxílio do software livre de programação R, foi possível utilizar a ferramenta do programa *RSelenium*, que viabiliza a construção de rotinas de extração e coleta de dados automatizadas e com funções específicas, de modo a garantir a captura de arquivos salvos em PDF.



A tabela 1 resume o universo de programas analisados, separados por ano de análise.

Tabela 1: Panorama do Universo de Análise						
	2012		2016		2020	
	Quantidade de Planos de Governo	Porcentagem de Planos de Governo	Quantidade de Planos de Governo	Porcentagem de Planos de Governo	Quantidade de Planos de Governo	Porcentagem de Planos de Governo
Download e leitura dos arquivos	5.536	99,43%	5.544	99,57%	5.277	94,77%
Programas Ausentes/Sem leitura	32	0,57%	24	0,43%	291	5,23%

Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora

Assim, foram coletados 99,43%; 99,57% e 94,77% dos programas de governo dos prefeitos(as) eleitos(as) em 2012, 2016 e 2020, respectivamente. Os programas classificados como “ausentes” — que correspondem a 5,23% da amostra em 2020, 0,43% em 2016 e 0,57% em 2012 — possuem dois problemas possíveis: (i) o(a) candidato(a) à prefeito(a) não disponibilizou o programa de governo ou (ii) o arquivo encontrava-se corrompido, impedindo a sua captura e leitura.

A segunda etapa do trabalho consistiu em realizar a leitura, também de forma automatizada, dos arquivos PDF. Com a ajuda da ferramenta *pdftools*, mais uma vez, o software R foi capaz de realizar a leitura desses arquivos e extrair deles palavras e outras informações textuais. Nessa etapa, foram encontradas as primeiras dificuldades. Alguns dos arquivos salvos em formato PDF tinham como origem imagens, impossíveis de serem lidas pelo *pdftools*, o que dificultou o trabalho de pesquisa. Para contornar esse problema e não diminuir o universo de análise, foi utilizada a ferramenta *OCR-R*, que transforma os elementos de uma imagem em elementos de texto para serem lidos e capturados pelo *pdftools*.

Com os arquivos reconhecidos em PDF e com a leitura automatizada realizada, o terceiro passo do processo foi, finalmente, realizar a busca e a extração das palavras-chaves de interesse da organização. A técnica escolhida para a busca de palavras-chaves foi a *MixText*, que compreende a busca e o reconhecimento de uma palavra por meio da sua raiz. Assim, palavras compostas, escritas ora em maiúscula,



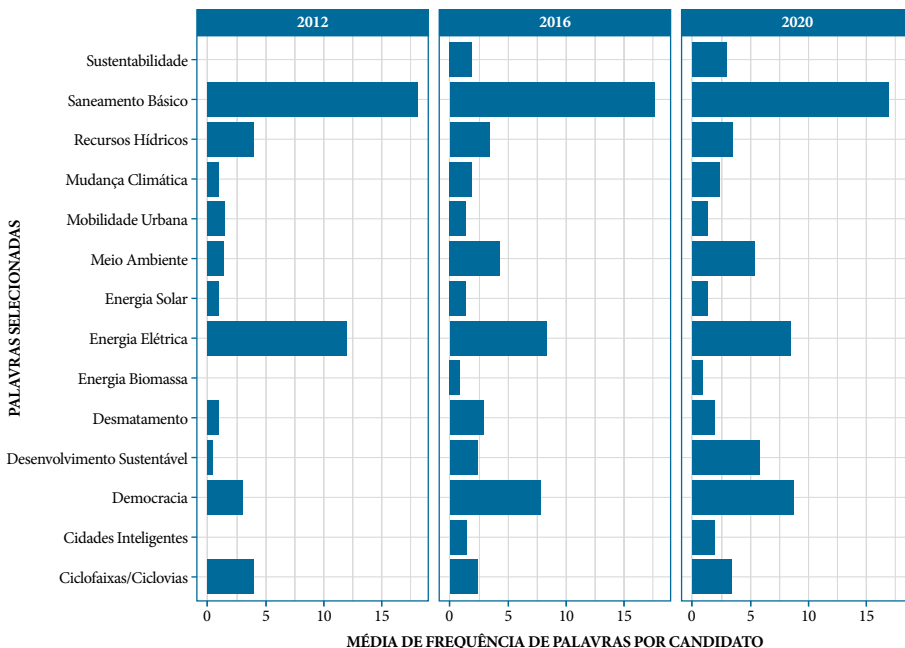
ora em minúscula, as usadas no singular e no plural, e as que são sinônimos e que derivam da mesma raiz podem ser localizadas. Isso permite coletar as palavras que tenham pequenos erros de grafia, não gerando prejuízos na análise final.

Resultados encontrados

1. Quantidade média de uso dos termos de sustentabilidade por candidato

Os primeiros resultados revelam a proporção de prefeitos(as) eleitos(as) por município que adotaram ou não o uso dos termos selecionados e a frequência média de uso de tais termos nos programas de governo. Os gráficos 1 e 2 apresentam a frequência média do uso dos termos selecionados por eleições e a proporção de municípios que adotaram tais palavras.

Gráfico 1: Média de frequência dos termos usados por candidatos(as) em suas propostas



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



Primeiramente, chama atenção que em 2012 os termos “sustentabilidade”, “energia biomassa” e “cidades inteligentes” não foram utilizadas nas propostas de nenhum(a) candidato(a) à prefeito(a) eleito(a) em todo o Brasil. Em 2016 e em 2020, os termos aparecem pela primeira vez, ainda que com frequência pequena, nas propostas de alguns(algumas) candidatos(as) que foram eleitos(as). Pautas mais associadas comumente à política municipal, sobretudo com a política urbana de garantia de acesso a serviços básicos, aparecem mais vezes representadas ao longo dos três pleitos. Esse é o caso, por exemplo, dos termos “saneamento básico” e “energia elétrica”.

Ainda que pouco expressivo em termos quantitativos, é possível observar um aumento da incorporação de pautas voltadas ao “meio ambiente” entre 2012 e 2016, frequência que permaneceu com pouca variação entre 2016 e 2020.

No que diz respeito a termos relacionados à dimensão ambiental da sustentabilidade, como “meio ambiente”, “desmatamento” e “mudança climática”, entre 2012 e 2016 é possível observar um aumento da incorporação desses temas nos planos de governo. Tal aumento é menos expressivo no comparativo de 2016 com o ano eleitoral de 2020, entretanto, destacamos a manutenção e permanência dos termos nos planos de governo, o que por si só indica preocupação e interesse por essas pautas por alguns candidatos(as) eleitos(as) em 2020.



2. Análise dos planos de governo que incorporam os termos de sustentabilidade

O gráfico 2 apresenta a quantidade de prefeitos(as) que utilizaram os termos-chaves de sustentabilidade elencados nos pleitos de 2012, 2016 e 2020.

Gráfico 2: Porcentagem de prefeitos(as) que incorporaram os termos em seus respectivos planos de governo em 2012, 2016 e 2020



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



O gráfico 2 revela que a porcentagem de prefeitos(as) que utiliza determinados termos em seus planos de governo tende a aumentar de uma eleição para a outra, ou seja, entre as eleições de 2012 a 2020. No caso do uso dos termos “desenvolvimento sustentável”, “desmatamento”, “meio ambiente”, “mobilidade urbana” e “sustentabilidade”, o aumento da porcentagem de prefeitos e prefeitas que incorporam tais termos em seus programas de governo é mais expressivo. Em alguns outros termos, o aumento do uso só acontece de forma mais expressiva somente nas eleições de 2012 para 2016. Esse é o caso, por exemplo, dos termos “ciclofaixas/ciclovias”, “cidades inteligentes”, “democracia”, “energia biomassa” e “saneamento básico”.

Um segundo ponto importante a ser destacado quanto à frequência do uso de tais termos é que, enquanto “saneamento básico”, “energia elétrica” e “democracia” são citados nos planos de mais de 50% dos municípios brasileiros, os termos “ciclofaixas/ciclovias”, “cidades inteligentes”, “desenvolvimento sustentável”, “desmatamento”, “energia biomassa”, “energia solar”, “meio ambiente”, “mudança climática”, “recursos hídricos” e “sustentabilidade” ainda não constam em mais de 60% dos planos de governo dos municípios brasileiros.

Por fim, cabe aqui considerar que, ainda que o aumento do número de prefeitos(as) eleitos(as) que utilizam determinados termos em seus programas de governo não tenha aumentado consideravelmente em 2020, a manutenção dos termos merece destaque. A permanência de uso dos termos nos programas de governo de uma eleição para a outra indica que a pauta permanece importante para os candidatos que as utilizam. Por outro lado, existe a necessidade de se trabalhar ativamente para a conscientização das pautas relacionadas à sustentabilidade com candidatos(as) a cargos executivos municipais.



3. Uso médio dos termos de sustentabilidade por tamanho do município

Outra forma de olhar para os achados desta pesquisa é por meio da divisão dos municípios pelos seus respectivos tamanhos populacionais. Ao todo, foram criadas seis categorias para os municípios analisados, como se pode ver a seguir na tabela 2:

Tabela 2: Divisão dos municípios em categorias de acordo com o tamanho populacional do município¹.

CATEGORIAS	TAMANHO POPULACIONAL
1	de 0 a 10 mil habitantes
2	de 10.001 a 50 mil habitantes
3	de 50.001 a 100 mil habitantes
4	de 100.001 a 150 mil habitantes
5	de 151.001 a 200 mil habitantes
6	mais de 200.001 habitantes

Fonte: IBGE com elaboração da autora

Na sequência, o gráfico 3 apresenta a proporção média de municípios por categoria populacional em que prefeitos(as) eleitos(as) utilizaram os termos selecionados em seus programas.

1 Os dados sobre o tamanho populacional dos municípios brasileiros foram extraídos da base disponível no IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>)



Gráfico 3: Categorias de municípios em que o uso médio das palavras são mais frequentes



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



A primeira constatação é o termo “ciclofaixas/ciclovias” ter sido de maior uso e frequência nos municípios maiores localizados nas faixas de tamanho populacional 4, 5 e 6 – acima de 100.001 habitantes, sendo de menor menção em cidades pequenas de até 10 mil habitantes, possivelmente por não exigirem estruturas para esse fim. As “cidades inteligentes”, por sua vez, predominam em cidades maiores a partir de 100.001 habitantes.

A palavra “democracia” se manteve estabilizada, sem profundas diferenças entre as cidades, mas é nas cidades menores de faixa 1, de até 10 mil habitantes, que o termo também foi menor. Essas últimas também lideraram quando o tema foi o “desmatamento”, seguidas de perto pelas cidades de faixa 4. Já o “desenvolvimento sustentável” predominou nas cidades de mais de 200.001 habitantes na faixa 6 e, em contrapartida, foi menor nas de faixa 3.

Quanto às fontes de energia, a “energia de biomassa” disparou entre as cidades das faixas 4 e 6 (entre 100.001 a 150 mil habitantes e mais de 200.001 habitantes, respectivamente), a “energia elétrica” não apresentou tantas discriminações relevantes entre as cidades e a “energia solar” registrou alta nas faixas 3 e 6.

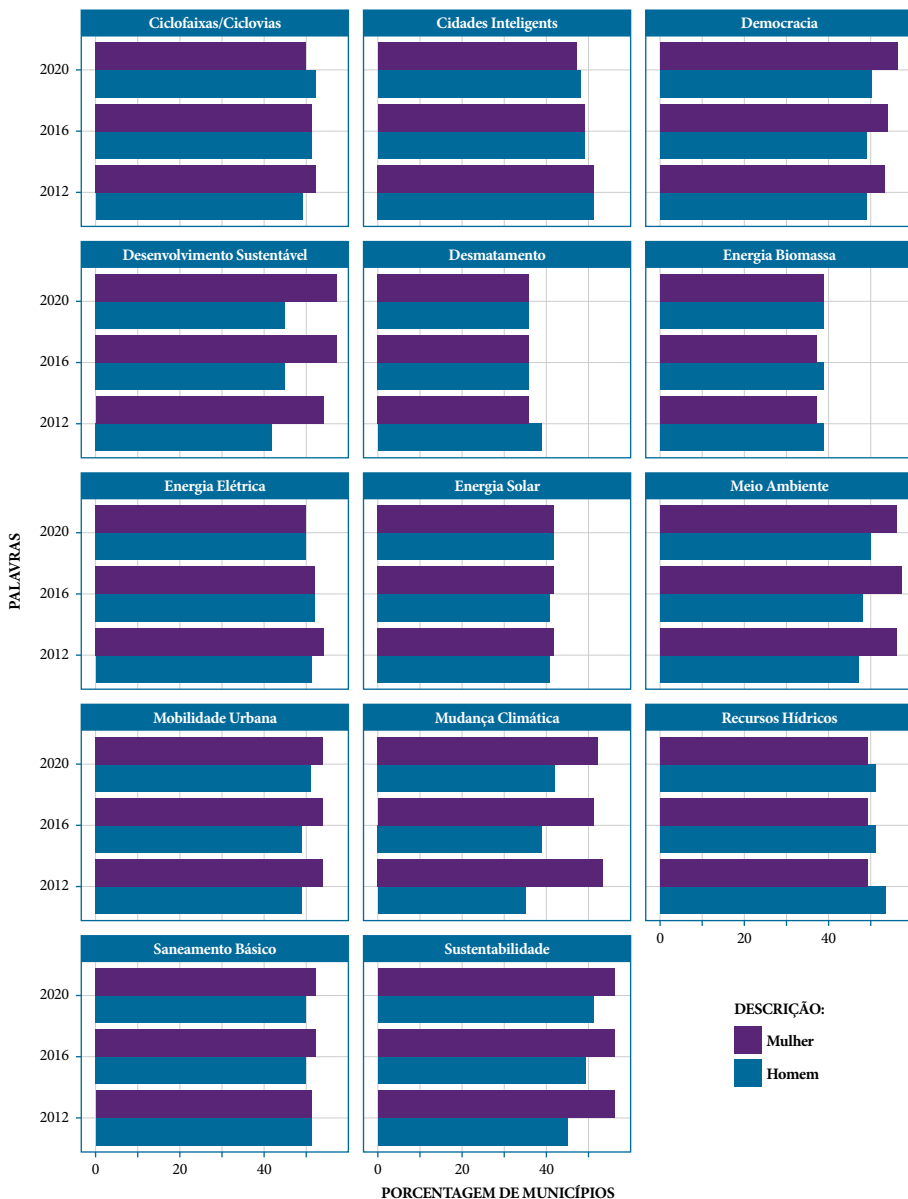
O termo “meio ambiente” foi maior entre as faixas 2, 5 e 6 e menor, mas quase idênticas, em 1, 2 e 3. A “mobilidade urbana” ocorreu mais nas faixas 2 e 5. Um dado surpreendente é o termo “mudança climática” ter sido mais citado nas cidades de faixa 1 e quase inexistente nas cidades de 10.001 a 50 mil habitantes. Ainda em relação às cidades de faixa 1, “recursos hídricos” também predominou e chama a atenção que a menção do termo “saneamento básico” foi um dos mais baixos.

4. Proporção de municípios que adotam os termos de sustentabilidade por gênero do(a) candidato(a)

Quando olhamos para gênero, o cômputo de uso dos termos por homens e mulheres também merece destaque. O gráfico 4 apresenta a proporção de municípios que adotam os termos selecionados pelas respectivas áreas temáticas, mas de acordo com o gênero do(a) prefeito(a) eleito(a) – homem ou mulher.



Gráfico 4: Proporção de municípios cujo programa de governo apresentam os termos selecionados divididos por sexo (2012, 2016, 2020)



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



No gráfico 4, merece destaque o uso mais frequente de alguns termos pelas mulheres quando comparado aos homens. Termos como “democracia”, “desenvolvimento sustentável”, “meio ambiente”, “mobilidade urbana”, “mudança climática” e “sustentabilidade” são mais recorrentes em programas de prefeitas eleitas do que de prefeitos eleitos. Nos demais termos, a diferença de uso entre homens e mulheres é menor e menos significativa².

Vale ressaltar a importância da análise da categoria gênero no emprego dos termos de sustentabilidade nos programas de governo dos(as) eleitos(as). Encontramos uma maior proporção do uso dos termos em municípios geridos por mulheres do que em municípios governados por homens.

5. Média da frequência dos termos de sustentabilidade por unidade da federação

Com resultados menos expressivos, apresentamos a divisão do uso das palavras por Unidade de Federação:

2 A quantidade de prefeitas mulheres, quando comparada à quantidade de prefeitos homens, é significativamente discrepante. Enquanto as mulheres representam em média 11% das prefeitas eleitas nos municípios, prefeitos homens ocupam o cargo em 89% dos municípios brasileiros. Nesse sentido, a diferença entre a quantidade de homens e mulheres usada para analisar os programas de governo poderia nos levar a conclusões errôneas. De modo a evitar esse problema de viés, utilizou-se na comparação entre as frequências dos termos o método de análise da diferença de média (*diff-in-diff*), que é um método estatístico de análise de diferença entre grupos que não possuem o mesmo tamanho amostral. Tal método leva em consideração os tamanhos diferentes entre os grupos para calcular o quanto a média apresentada é realmente diferente entre os grupos. O gráfico 4 é o resultado da diferença de uso dos termos entre homens e mulheres com o método da diferença de média já aplicado.



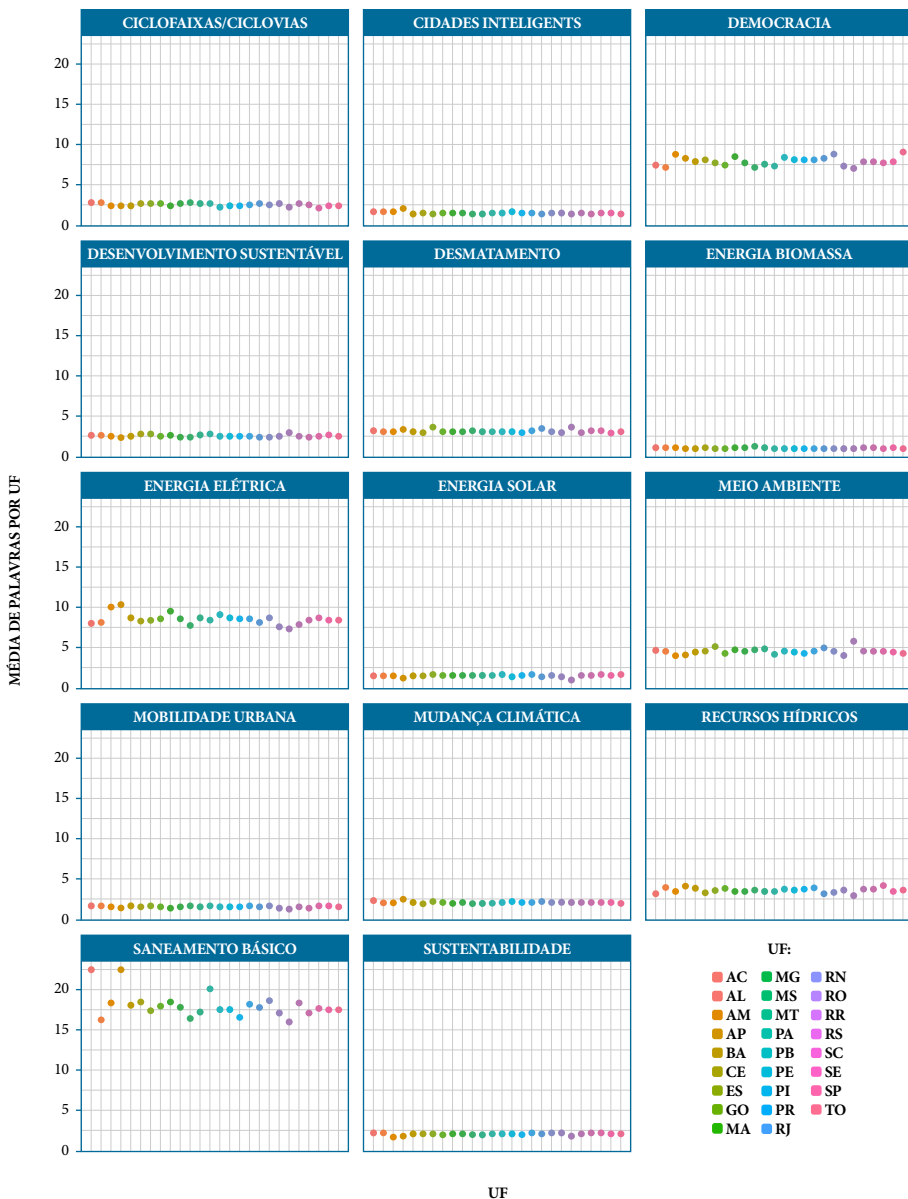
Gráfico 5: Média de frequência dos termos por Unidade de Federação (2012)



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



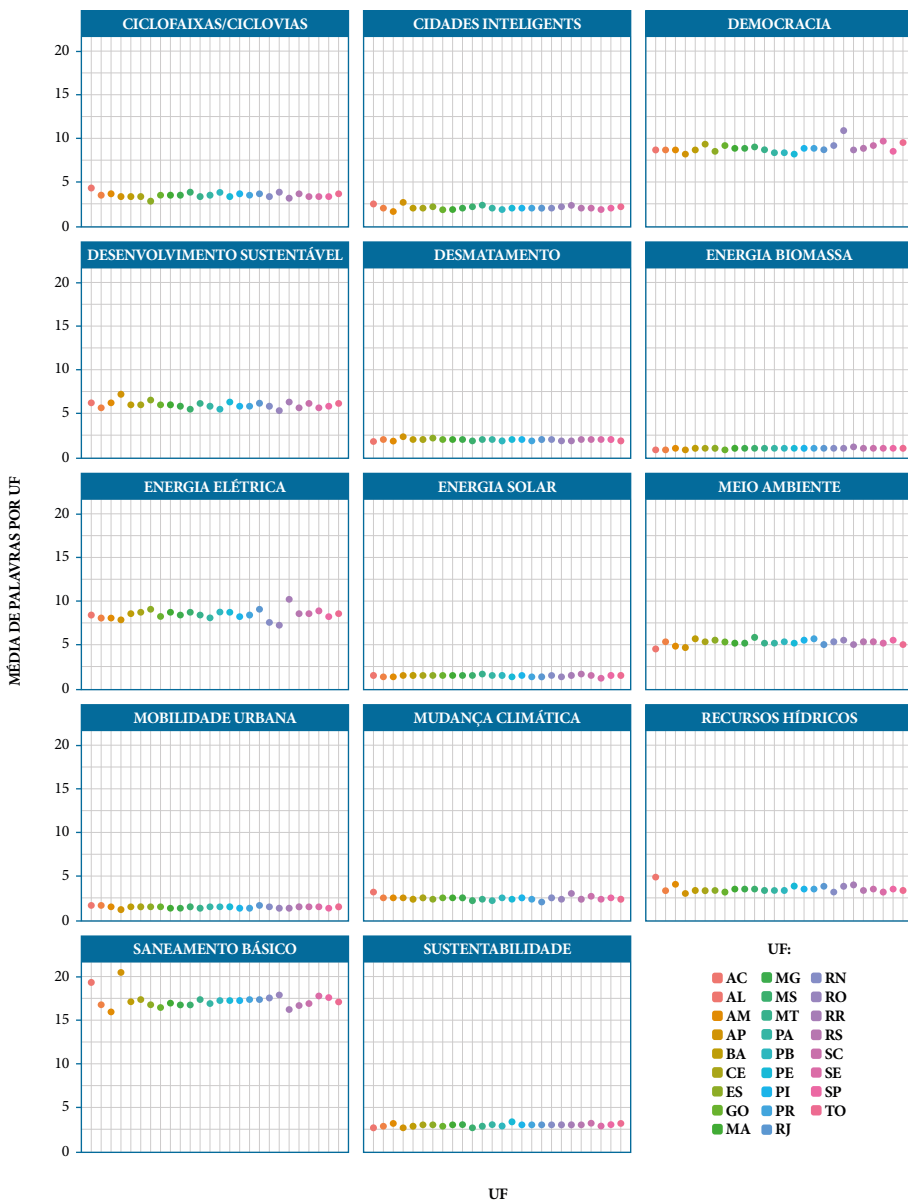
Gráfico 6: Média de frequência dos termos por Unidade de Federação (2016)



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



Gráfico 7: Média de frequência dos termos por Unidade de Federação (2020)



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



Os gráficos 5, 6 e 7 mostram a frequência média de uso dos termos selecionados por Unidades da Federação. Como os gráficos apontam, não há muita diferença quanto à frequência e o uso dos termos selecionados quando olhamos para a distribuição dos dados de acordo com os estados. Com exceção do termo “saneamento básico”, que aparece mais nas propostas de governo ligadas aos estados da região norte e nordeste do país, os demais termos não têm uma variação significativa de um estado para o outro tanto em 2012 quanto em 2016 e 2020.

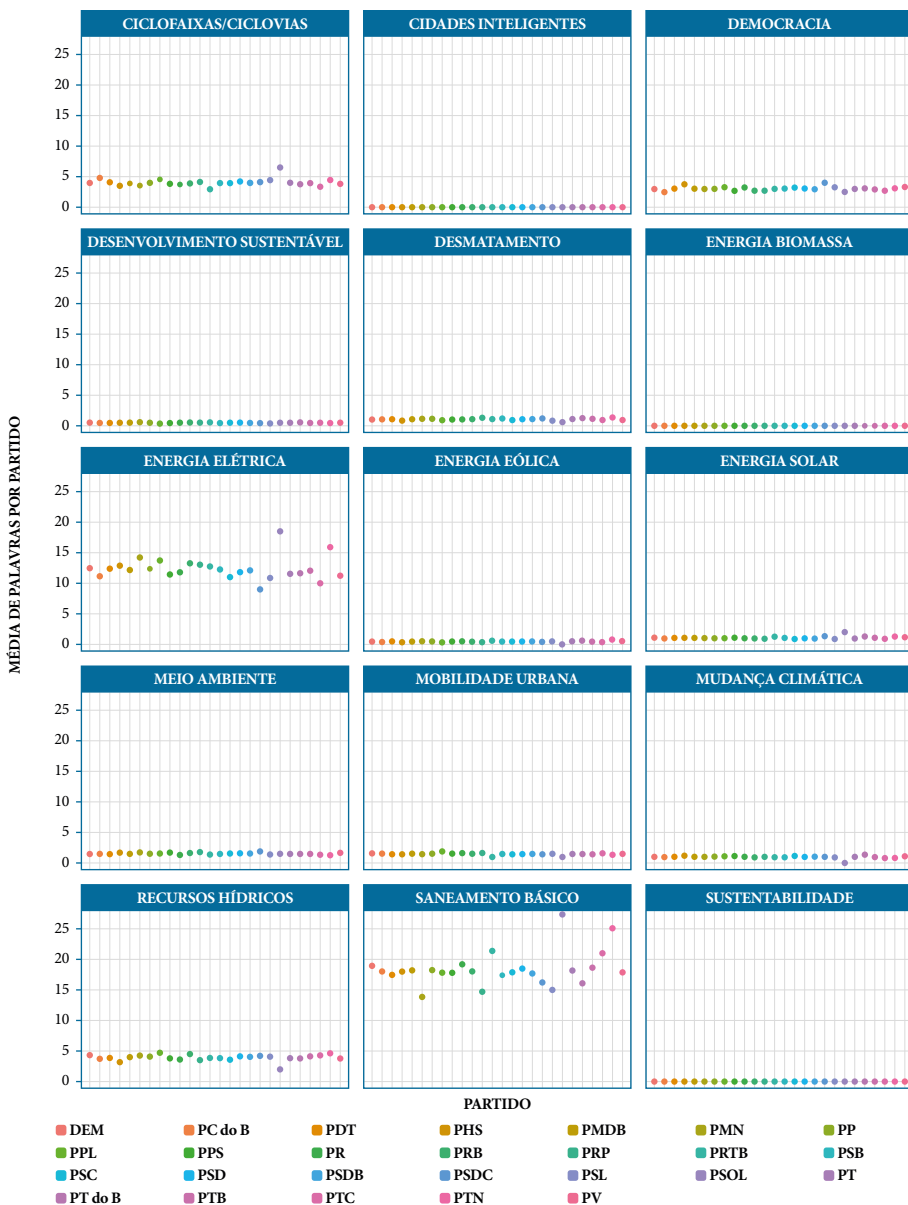
A não verificação ou ocorrência de diferenças entre a frequência do uso dos termos por Unidade Federativa era esperada. Isso porque tal como os resultados que o gráfico 3 sugere, a lógica do uso dos termos pelos(as) candidatos(as) parece estar mais atrelada às realidades da dinâmica e do contexto municipal do que a uma lógica de funcionamento ou contexto dos estados.

6. Frequência média dos termos, por partido político do eleito e ano eleitoral

Os gráficos 8, 9 e 10, apresentados a seguir, mostram a frequência média dos termos por ano eleitoral e por partido dos prefeitos(as) eleitos(as). Cabe aqui pontuar que as siglas utilizadas correspondem à adotada pelos próprios partidos políticos nos respectivos anos eleitorais.



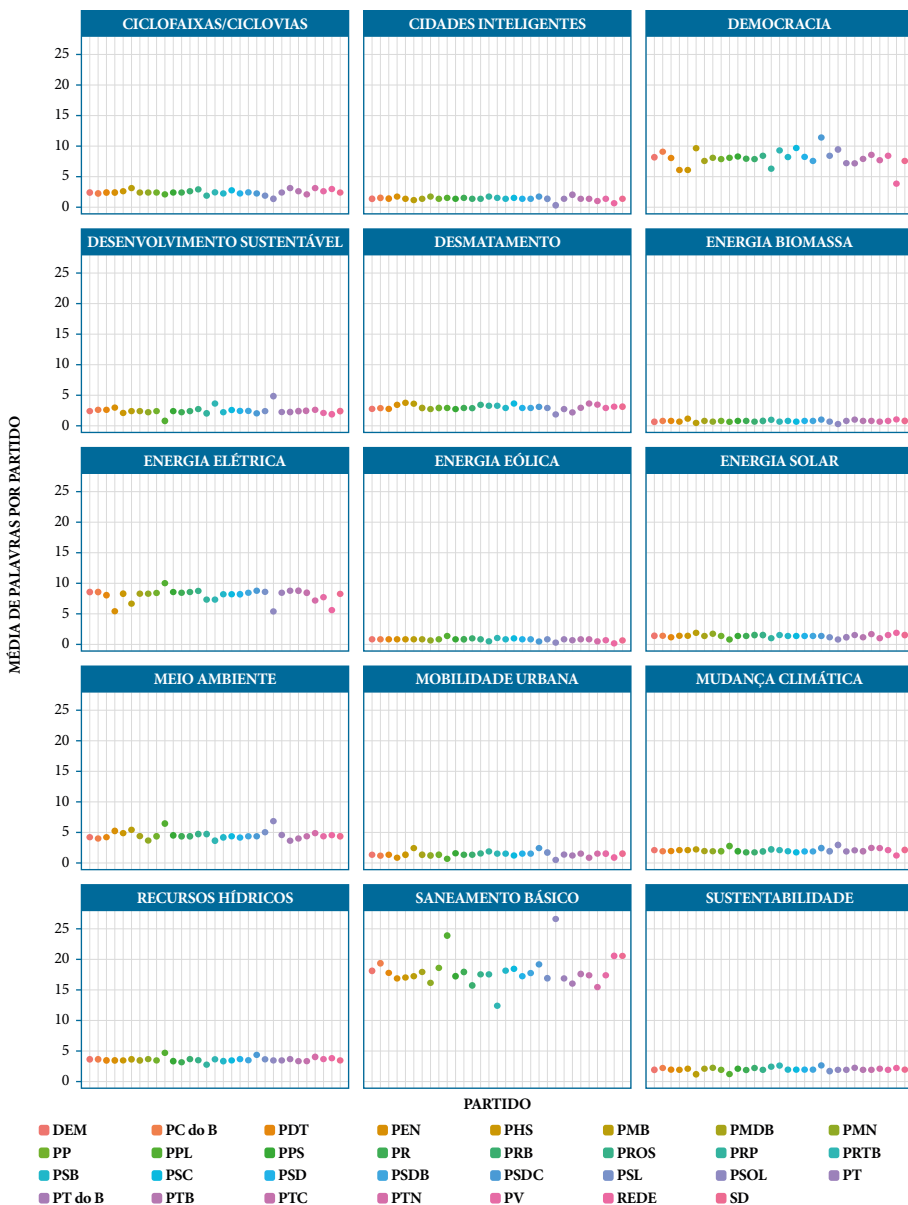
Gráfico 8: Distribuição da média de frequência dos termos por partido político em 2012



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



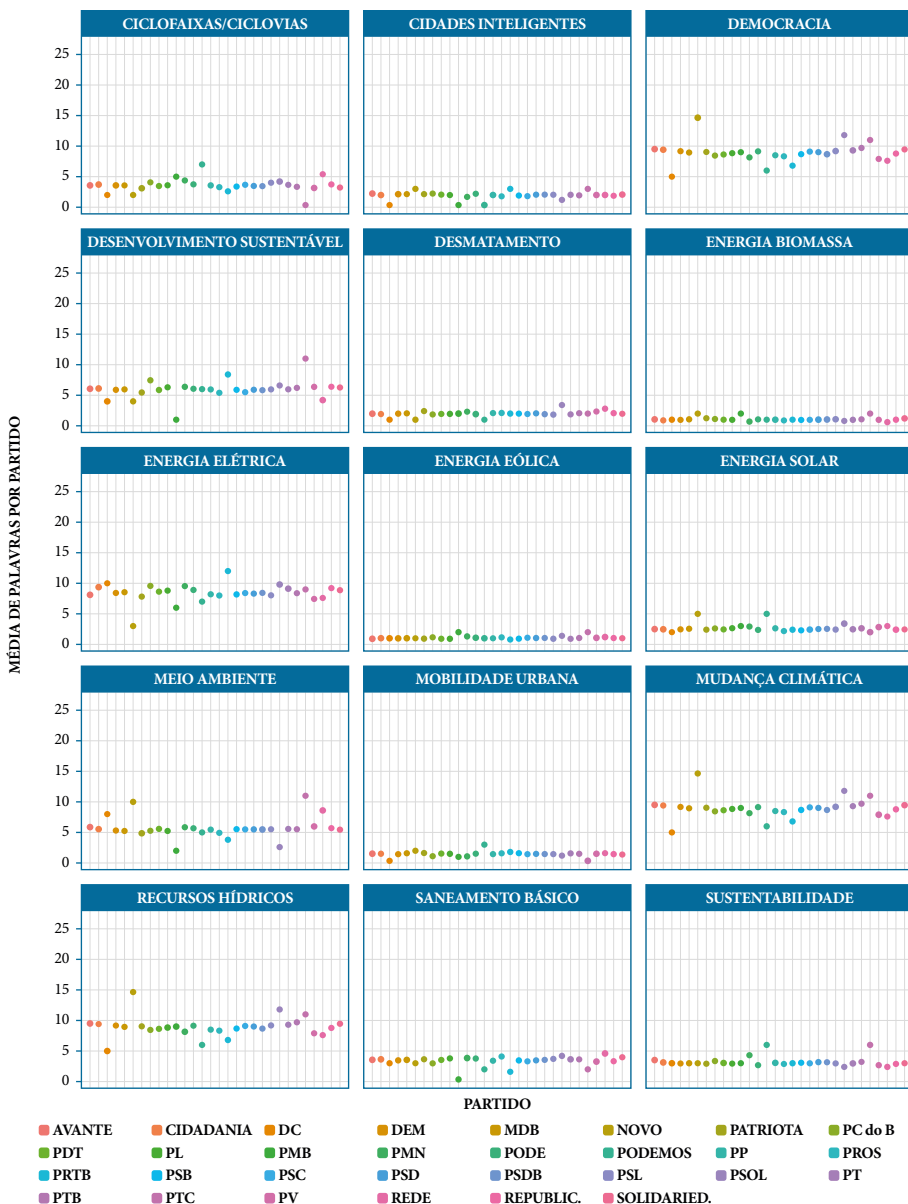
Gráfico 9: Distribuição da média de frequência dos termos por partido político em 2016



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



Gráfico 10: Distribuição da média de frequência dos termos por partido político em 2020



Fonte: DivulgaCand com elaboração da autora



Em 2012 e 2016, como respectivamente os gráficos 8 e 9 apontam, o uso dos termos não apresentou diferenças significativas quando observados sob a ótica dos partidos políticos dos prefeitos(as) eleitos(as). A mesma afirmação, no entanto, não pode ser feita em relação a 2020. Em todos os termos, sem exceção, há alguma variação, ainda que pequena em alguns casos, entre o uso dos termos pelos partidos políticos. Nesse sentido, destaca-se aqui a variação maior encontrada para o uso dos termos “democracia”, “desenvolvimento sustentável”, “energia elétrica”, “meio ambiente”, “mudança climática” e “recursos hídricos”.

ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TERMOS NO ANO DE 2020 TEM-SE QUE:

- 1. Democracia:** Em média, o partido NOVO utiliza mais o termo, atingindo a média de frequência de uso de 15 vezes nos planos de governo. Atrás dele está o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que apresenta média de 11,80 vezes. No outro extremo, com frequência de uso menor, aparece o Democratas (DC), que cita o termo em média 5 vezes.
- 2. Desenvolvimento Sustentável:** O Partido Trabalhista Cristão (PTC) é quem mais usa o termo, com média de 11 vezes, seguida pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB). No outro extremo, aparece o Partido da Mulher Brasileira (PMB), que usa o termo apenas 1 vez.
- 3. Energia Elétrica:** O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e o Partido Democracia Cristã (DC) são as siglas que mais utilizam o termo. O PRTB a usa, em média, 12 vezes e o DC, 10 vezes. No outro extremo, está o partido NOVO, que menciona o termo 3 vezes.
- 4. Meio Ambiente:** Para esse termo, destacam-se as siglas Partido Trabalhista Cristão (PTC), NOVO e REDE como partidos que mais utilizaram o termo. Enquanto o PTC citou em média 11 vezes o termo, o NOVO aparece em segundo lugar citando em média 10 vezes e a REDE em terceiro lugar citando 8,6 vezes. No outro extremo, aparecem PRTB, PSOL e PMB com menor frequência. Enquanto o PRTB usou em média 3,8 vezes o termo, o PSOL usou 2,6 vezes e o PMB apenas 2 vezes em média.



5. **Mudança Climática:** Lideram o uso desse termo os partidos NOVO e PSOL. Enquanto o partido NOVO usa o termo em média 15 vezes, o PSOL usa 11,8 vezes. No outro extremo, o uso menos frequente fica com o PODEMOS, que utiliza o termo apenas 6 vezes e a Democracia Cristã (DC), que usa apenas 5 vezes em média.
6. **Recursos Hídricos:** Esse termo aparece em destaque em NOVO e PSOL, com uso médio do termo de 11 e 10 vezes, respectivamente. No outro extremo, tem-se novamente o PODEMOS e o Democracia Cristã (DC), com uso médio de 6 e 5 vezes.

Conclusões preliminares

Os dados aqui apresentados indicam que há uma tendência de aumento do uso de termos ligados às pautas de sustentabilidade a partir do recorte estritamente selecionado aqui, entre os anos eleitorais de 2012 e 2016. No comparativo entre 2016 e 2020, na maioria dos casos os padrões dos planos de governo de 2016 se mantiveram nos planos de 2020, o que demonstra que as pautas mantiveram suas relevâncias estatísticas. Entretanto, vale destacar que, em alguns casos, como “democracia” e “desenvolvimento sustentável”, a tendência de crescimento se manteve. Em 2012 o termo “democracia” foi utilizado em média 3 vezes, enquanto “desenvolvimento sustentável” foi utilizado em média 0,49 vez. Em 2020 esses padrões passaram a ser de 8,91 para o termo “democracia” e de 5,98 para o uso do termo “desenvolvimento sustentável”.

O segundo dado que chama atenção é a quantidade de municípios no Brasil que não apresenta o uso dos termos aqui selecionados e explorados. Como visto, para a maioria dos termos, com exceção de “saneamento básico” e “energia elétrica”, a utilização nos municípios é menor que 50%. O que significa afirmar que, em menos de 50% dos municípios, os prefeitos e prefeitas eleitos(as) assumiram o compromisso com esses temas. Com base nisso, e considerando estritamente o universo de temas aqui explorado, é possível afirmar que boa parte dos eleitos não parece dispor de conhecimento ou de soluções para parte significativa dos desafios da sustentabilidade no Brasil. Além disso, os programas em geral são genéricos, sem metas claras e sem especificações sobre como a promessa será realizada ou com quais recursos.

O terceiro resultado que também merece destaque é quanto à diferença de uso dos termos de acordo com o tamanho populacional dos municípios. Os dados nos revelam, mais








uma vez, que candidatos de municípios menores, sobretudo os que estão nas categorias populacionais entre 1 e 3 (menos de 100 mil habitantes), ainda carecem muito de um aprimoramento das pautas e dos planos de governo. Destaca-se que nos municípios dessas faixas habitacionais, menos de 50% dos prefeitos(as) eleitos (as) utilizam os termos selecionados por essa pesquisa. Maior atenção também deve ser dada aos municípios de médio porte, que apresentam uma frequência mais significativa no uso dos termos aqui explorados, mas que ainda deixam de abordar alguns ligados a pautas mais relevantes, tais como “cidades inteligentes”, “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”.

É preciso também deixar aqui registrada a diferença encontrada entre o uso dos termos nos planos de governo quando comparados os gêneros dos eleitos. Mulheres tendem, em média, abordar mais os termos ligados à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente do que os homens em seus compromissos. Elas usam mais termos como “democracia”, “desenvolvimento sustentável”, “meio ambiente”, “mobilidade urbana”, “mudança climática” e “sustentabilidade” do que os prefeitos eleitos.

Por fim, em termos partidários, o ano de 2020 mostra uma tendência de maior diversificação no uso dos termos entre os partidos de origem dos eleitos. Tal evidência, no entanto, e sob um primeiro olhar, não parece estar relacionada necessariamente ao espectro ideológico partidário das siglas e tampouco ao conteúdo programático dos partidos. Como foi possível de observar, siglas como NOVO e PSOL, por exemplo, representam as siglas partidárias que mais vezes fazem uso do termo “mudança climática” nos planos de governo analisados para o ano de 2020. Em outro exemplo, no uso do termo “meio ambiente”, PSOL e PRTB aparecem juntos como os partidos que menos utilizam o termo. Enquanto o PSOL utiliza em média 2,6 vezes, o PRTB utiliza apenas 2 vezes. E ambos, cabe aqui destacar novamente, pertencem a espectros ideológicos e programáticos diferentes.

O que os dados explorados e analisados nos revelam de forma mais geral e significativa é que a maioria dos municípios brasileiros ainda carece de candidatos que sejam introduzidos não só às pautas e aos temas que os usos dos termos aqui selecionados abordam, como também a um conhecimento de como tais pautas se apresentam em termos de problemas e soluções para os municípios. Candidatos e candidatas ainda precisam dar um passo atrás para entender a importância dos programas de governo e de suas responsabilidades enquanto gestores municipais.

www.raps.org.br

-  twitter.com/raps_brasil
-  [instagram.com/raps_brasil](https://www.instagram.com/raps_brasil)
-  [facebook.com/rapsbrasil](https://www.facebook.com/rapsbrasil)
-  [linkedin.com/company/rapsbrasil](https://www.linkedin.com/company/rapsbrasil)
-  [youtube.com/rapsbrasil](https://www.youtube.com/rapsbrasil)

